

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**A INFORMATIZAÇÃO DO COTIDIANO: REFLEXÕES SOBRE O USO DO
MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NA CIDADE DE SÃO
CARLOS -SP**

Tiago Verardino

Prof. Dr. Fabricio Gallo (Orientador)

Rio Claro (SP)
2017

910.13 Verardino, Tiago
V476i A informatização do cotidiano : reflexões sobre o
monitoramento por câmeras de vigilância em São Carlos - SP
/ Tiago Verardino. - Rio Claro, 2017
51 f. : il., figs., fots.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e
Ciências Exatas
Orientador: Fabrício Gallo

1. Geografia urbana. 2. Informação. 3. Tecnologias de
segurança. I. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

TIAGO VERARDINO

A INFORMATIZAÇÃO DO COTIDIANO: REFLEXÕES SOBRE
O MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NA
CIDADE DE SÃO CARLOS - SP

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto
de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau
de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2017

TIAGO VERARDINO

A INFORMATIZAÇÃO DO COTIDIANO: REFLEXÕES SOBRE
O MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NA
CIDADE DE SÃO CARLOS - SP

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto
de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau
de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

_____ (orientador)

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)



Para Julia e Valentina, meus eternos amores...

Agradecimentos

Agradeço ao Fabrício Gallo, pela orientação e aprendizado...

Agradeço a Alessandra Pavesi, pelo amor e por acreditar, desde o início, nos caminhos que escolhi percorrer através da Geografia...

Agradeço ao Celso Verardino, pelo amor e acolhimento caloroso de todos os encontros...

Agradeço a Julia e Valentina, meus eternos amores que me fazem acreditar na beleza do mundo...

Agradeço a Annarita, pela companhia aconchegante de todos os tempos...

Agradeço a Lore Pavesi, pela presença e ajuda, decisivas à realização deste trabalho...

Agradeço ao Ton Marar, aos incentivos e reflexões sobre o estudo do espaço...

Agradeço a Priscila Camara, pelo companheirismo e paciência de todo o percurso traçado...

Agradeço a Roberta Campos, pela leitura e contribuição deste trabalho...

Agradeço ao Arthur Pazzinato, pela hospedagem e amizade no fim deste processo...

Agradeço aos irmãos de república Délcio, Fábio, Paulo, André, Luis e Rodolfo...me fazem resgatar memórias de momentos inimagináveis...

Agradeço aos amigos de berço Mateus, Pedro, Rafael, Léo, André, pela camaradagem e presença marcante...

Agradeço aos inúmeros braços e casas que me acolheram em Rio Claro, amo todos vocês...

RESUMO

A introdução de novas tecnologias do setor de segurança, manifestadas no cotidiano de São Carlos – SP, aponta para algumas reflexões quanto as ações do fenômeno técnico atual. O monitoramento de comportamentos, através de câmeras de vigilância, possibilitado pelos avanços tecnológicos do setor de segurança, é uma das inúmeras práticas que permeiam a informatização do cotidiano. Assim, a corporeidade humana torna-se uma certeza materialmente sensível diante da complexidade de realização do e no espaço, revelando a fragilidade da relação entre lugar e mundo. A escolha pelo monitoramento através de câmeras de vigilância consiste na possibilidade de demonstrar como estes objetos técnicos, através das interações sociais, atuam no espaço geográfico, apontando situações que realçam a fragilidade do uso destes a partir de seu caráter primário de criação. A difusão da informação e a possibilidade de uma padronização técnica quanto ao monitoramento por câmeras e criação de bancos de dados das imagens registradas também demonstra a expansão de um novo vetor do capital nos espaços urbanos, o setor de serviços da vigilância privada. Como forma de contra racionalização do espaço, compreendido como meio, condição e produto das relações de produção capitalista, expomos o cotidiano, também, como possibilidade do encontro de novos significados dos lugares. Acredita-se que através da manifestação do espaço geográfico como espaço banal, ou seja, o espaço de todos, novas formas de trabalho e luta poderão surgir ao enfrentamento do caráter predatório que oferecem estes objetos técnicos ao uso racional do espaço à acumulação capitalista.

Palavras-chave: Informação. Monitoramento por Câmeras. Cotidiano. São Carlos – SP.

ABSTRACT

The introduction of new technologies in the security sector, displayed in the daily life of the city of São Carlos - State of São Paulo, points to several reflections on the actions of the current technical phenomenon. The monitoring of behaviors through surveillance cameras that is enabled by the technological advancements in the security sector, is one of the many activities that pervade the computerization of everyday life. This way, the human corporeality becomes a materially sensitive certainty face the complexity of realization in the space, revealing the fragility of the relation between place and world. The choice of the monitoring through surveillance cameras consists in the possibility to demonstrate how these technical objects perform in the geographical space, through social interactions, pointing to situations that highlight the fragility in their use starting from their primary character of creation. The diffusion of information and the possibility of a technical standardization concerning the monitoring by cameras e the creation of databases containing the collected images also demonstrate the expansion of a new vector of capital in urban spaces, the providers of private surveillance services. As a form of counter rationalization of space, understood as medium, condition and product of the relations of capitalist production, we expose the everyday life also as a possibility of reaching new meanings for places. We believe that through the manifestation of the geographical space as a banal space, e.g. everybody's space, new forms of work and struggle can result from the confrontation of the predatory character that these technical objects offer to the rational use of the space to the capitalist accumulation.

Key-words: Information, camera surveillance, everyday life, São Carlos – SP.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Sobre a Técnica e o espaço geográfico.....	13
Sobre a informação	19
Sobre a contextualização do monitoramento por câmeras de vigilância.....	27
Sobre a disciplinarização dos corpos	38
Considerações finais: Reflexões sobre o cotidiano	45
Referências bibliográficas.....	49

Introdução

A proposta em analisar aspectos da cidade de São Carlos, que a contemple como realidade material, é norteadada pela observação de formas-conteúdo que proporcionam valor e significado às diferentes apropriações do solo urbano e que apontam, através da prática socioespacial contemporânea, a produção de contradições inerentes aos lugares em transformação. Optou-se por aprofundar nas relações de vigilância que estruturam um modo de conceber a cidade e de reproduzir a vida cotidiana, logo de produção do espaço, e que apontam para a expansão de um novo vetor de reprodução do capital.

Ao concebermos a cidade como produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais (CARLOS, 2007, p.21), estamos afirmando que a multiplicidade de formas e ações que compõem o espaço deve ser observada por meio de uma leitura dialética que contemple suas especificidades. As formas-conteúdo que concretizam o espaço não existem sem a animação do movimento da sociedade, este, dando-se por intermédio do mesmo, é que irá redefinir as ações e os objetos que o irão compor (SANTOS, 2006, p.97). Assim, o espaço traduz as possibilidades de realização da sociedade.

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (SANTOS, 2006, p.106).

Mas que conteúdo é este capaz de animar as inúmeras formas que compõe o espaço? Ora, o movimento da sociedade não se isenta de conteúdo ideológico. As ações e objetos estabelecidos em um lugar são próprios de uma intencionalidade e propósito específicos. Giddens (1978 apud SANTOS, 2006, p.79) aponta a intencionalidade como prática central da dinâmica cotidiana, reservando ao propósito as ambições do ser humano que se desenvolvem a longo prazo. No entanto, segundo o próprio autor, é demasiado supormos que os indivíduos se reproduzam socialmente com um fim esclarecido para suas ações. Mesmo que a aplicação e o trabalho metódico de determinado projeto provenham da ação racional de agentes decididores, o corpo humano é extremamente volátil e frágil a estas novas incorporações. É justamente esta

limitação que implica ao homem comum seu protagonismo nas ações, assimilando por meio de sua corporeidade os diferentes conteúdos que as definem. Será a própria natureza dos objetos técnicos da atualidade que limitam o governo do corpo pelo homem (SANTOS, 2006, p.80).

Os movimentos sociais irão conduzir as transformações do espaço e tempo. A urgência e o instantâneo das ações, sob um ritmo acelerado de tempo, irão acentuar a diferenciação dos eventos, aumentando ainda mais a heterogeneidade dos lugares. O espaço torna-se mais complexo (SANTOS, 2013, p.97). A natureza dos objetos técnicos hoje implica no uso do conhecimento da informação científica para dinamizar uma intenção estritamente mercantil, isso só se torna possível por meio de um sistema de ações subordinado à expansão do capitalismo globalizado.

A globalização da economia e a mundialização da cultura, levadas a termo pelo desenvolvimento tecnocientífico, pela velocidade das especializações dos elementos do espaço, pela acumulação do capital, pela multiplicação das ações, pela polissemia das informações, têm imanência em todo lugar, permitindo na reciprocidade das perspectivas, ganhar concretude simultaneamente a globalização/mundialização que conduz a uma simetria, assim como põe em evidência as especificidades e singularidades de cada lugar. (KAHIL, 1997, p. 220).

Portanto, torna-se importante observamos a influência das intenções e propósitos para a criação de novos objetos técnicos, logo para a produção espacial contemporânea de nossas cidades. A este elemento que visa contemplar o desenvolvimento tecnocientífico dá-se o nome de psicoesfera, compreendido como esfera complementar à racionalidade instrumental dos objetos técnicos introduzidos no espaço. Segundo Kahil (1997), essa esfera permeia a realidade por meio de três sintomas, nos mecanismos que regulam os conflitos, na padronização das imagens do mundo e na massificação de valores culturais que dão forma a uma nova identidade social de característica globalizada. Deste modo, ainda segundo a autora, tal esfera contempla o entendimento de um período, ou seja, um modo de vida que permite dimensionar temporalizações e espacializações práticas e efêmeras ao conjunto de sistemas de ações e objetos, traduzindo a temporalidade instantânea de um novo cotidiano.

Na sociedade mundial, criada pela conexão global das possibilidades de comunicação, a identidade do homem com o seu mundo se perde porque a interação social se constrói num espaço e num tempo presente, instantâneo, privado de memória, do qual o homem não participa de sua construção – o

que determina um espaço estranho, um tempo efêmero. (KAHIL, 1997, p. 218).

São estes alguns dos processos que norteiam a atividade humana no espaço geográfico e que dão sustento às dificuldades impostas ao ser humano em governar seu próprio corpo. Não temos aqui a intenção de fazer menção a qualquer forma de determinismo tecnológico, o qual as manifestações sociais dar-se-iam por intermédio apenas dos fatores tecnológicos, eles fornecem os meios, mas não o incentivo para a animação da sociedade. Além dessa visão simplória que permeia o discurso geográfico, devemos compreender como o processo capitalista de acumulação, produção e reprodução ditam a tomada de ações que resultam nas materialidades da forma urbana (GOTTDIENER, 1993).

Se a cidade é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, ela também os é ao sustento do processo de acumulação capitalista. A cidade, hoje fragmentada devido as inúmeras especificidades dos lugares, compõe valor, que se distribui de forma desigual aos usos que lhe são atribuídos. Torna-se imprescindível para a reflexão da produção social do espaço urbano o aprofundamento da noção de valor e valorização do espaço. É na categoria de análise geográfica de “território” que o conceito marxista de valor ganha seu escopo. Segundo Marx (1975 apud MORAES, A.C.R. de; COSTA, W.M., 1984, p.121), o território só pode ser dotado de sentido por meio da ação humana, ele não existiria enquanto categoria se fosse exonerado dos processos sociais, pois seus limites dão-se exatamente pela apropriação humana de porções do espaço geográfico, logo, da realização do trabalho humano neste.

Desta forma, optou-se em trabalhar com o contexto do monitoramento por câmeras de vigilância na cidade de São Carlos. Acredita-se que este mecanismo de controle dos corpos é apenas uma das inúmeras práticas de controle que envolvem a tecnologia e a informação, no entanto, é o uso destes objetos técnicos que prevalecem no cotidiano do autor, facilitando a reflexão que envolve a complexidade das intenções e usos que se fazem destes no espaço. Para isto, torna-se necessário discorrer sobre a técnica como principal forma de relação entre os seres humanos e o meio geográfico. É através da técnica que se realiza a vida, produzindo e criando espaço. A informação também se torna importante intermediária entre as ações humanas e o meio geográfico, é por meio de cinco conceitos propostos por Milton Santos (1999, 2000) e trabalhados também por Melgaço (2010) que se torna evidente a dimensão espacial e temporal do atual período técnico, são eles: *unicidade técnica planetária, convergência dos momentos, alargamento dos contextos, cognoscibilidade do planeta e aceleração contemporânea*.

A contextualização do monitoramento por câmeras de vigilância visa demonstrar justamente como estes objetos técnicos, através das interações sociais, atuam no espaço geográfico, apontando situações que indicam a fragilidade do uso destes a partir de seu caráter primário de criação. A difusão da informação e a possibilidade de uma padronização técnica quanto ao monitoramento por câmeras e criação de bancos de dados das imagens registradas é exposta em casos específicos da cidade de São Carlos e demonstram a expansão de um novo vetor do capital nos espaços urbanos, o setor da vigilância privada.

Como exposto, o uso intensivo destas tecnologias reflete em práticas de controle da corporeidade humana. Através deste capítulo, pretende-se traçar uma série de reflexões que envolvem o cotidiano de uma escola e cursinho privados da cidade de São Carlos que faz uso destes mecanismos de controle em suas salas de aula. Optou-se em trabalhar com quatro tipos de ordenação disciplinar propostos por Foucault (2009) e desenvolvidos por Guimarães (1985) que contextualizam o uso das câmeras de vigilância no interior das salas de aula, são eles: celular, orgânica, genética e combinatória.

Por fim, expomos o cotidiano como possibilidade do encontro de novos significados dos lugares. Através da manifestação do espaço geográfico como espaço banal, ou seja, o espaço de todos, em que novas formas de trabalho e luta podem surtir efeito quanto ao caráter predatório que oferecem estes objetos técnicos ao uso racional do espaço à acumulação capitalista.

Sobre a Técnica e o espaço geográfico

Milton Santos (2006) analisou a técnica como a principal forma de relação entre os indivíduos e o meio geográfico. Segundo o geógrafo, a técnica constitui as formas de realização da vida, produzindo e criando espaço. Deste modo, o espaço geográfico é tido como condição para a realização dos conjuntos instrumentais e sociais que estruturam a técnica. Uma leitura que exonere do espaço tais possibilidades de realização está orientada ao fracasso, pois ignora o movimento histórico de realização da sociedade.

Karl Marx (1983) contribuiu para essa discussão ao orientar o trabalho humano como mediação universal da relação entre o ser humano com a natureza. O trabalho, tido como expressão da vida, é condição primordial à manifestação da técnica. Segundo o intelectual (1975 apud MORAES, A.C.R. de; COSTA, W.M, 1984, p.121), o próprio território¹ não existiria como categoria analítica se exonerado dos processos sociais, pois é na apropriação humana de porções do espaço geográfico que o trabalho se realiza.

O desenvolvimento da técnica é dado pelo movimento histórico de realização da sociedade, orientado de acordo com as condições de organização social e geográfica necessárias à introdução desta (SANTOS, 2006). No entanto, o aprimoramento de suas feições não se generaliza pelo espaço geográfico de forma homogênea. A técnica e o uso que se faz de seus atributos instrumentais dá-se de forma desigual, sendo o escopo para a manifestação, produção e transformação do meio² geográfico.

Milton Santos (2006) propõe periodizar o atual momento histórico através do meio técnico científico e informacional. Segundo o autor, este período de transição técnica tem nos progressos que envolveram a ciência e a informação como as principais intermediações entre os indivíduos e o meio. Ademais, é o desenvolvimento da técnica o propulsor de tamanha especialização e intencionalidade que detêm os atuais objetos técnicos inseridos na maioria das paisagens urbanas.

Dotados de intensa racionalidade instrumental, os atuais objetos técnicos manifestados no e pelo espaço compreendem, em alguns casos, o controle mais eficaz da corporeidade do ser

¹ O território, tido como categoria de análise geográfica, deve ser compreendido como base material para a realização da sociedade: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 1996 apud KAHIL, S. P, 2005, p. 7193).

² Nos referimos ao meio de vida dos homens, isto é, o meio geográfico, “um híbrido de materialidade e relações sociais” (SANTOS, 2010, p. 594). “De fato, dizemos nós, não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e um meio técnico de outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquinico durante dois a três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2006, p.41).

humano do que o exercido pela própria natureza. É o espaço, transformado segundo uma lógica representativa das relações sociais, que determina a manifestação destes objetos.

(...) o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. (SANTOS, 2006, p.40).

De acordo com esta perspectiva, a técnica, analisada como intermediação das interações sociais com o meio geográfico, não pode ser entendida simplesmente como uma inserção material no espaço geográfico, determinada pelas funções primordiais à sua instalação. Ao assegurar a continuidade da história, o espaço geográfico determina e redefine os objetos técnicos através de um conjunto coerente, no qual a contiguidade os obriga agir em conjunto e solidariamente³. Milton Santos (2006) resgata Simondon (1958, 1989, p.56) justamente para exprimir a função inventiva de antecipação proveniente do potencial humano de trabalhar a natureza. No entanto, o geógrafo aponta a necessidade de superar algumas conceituações ditas incompletas por fragmentar aquilo que se entende por meio geográfico. A técnica deve ser assegurada como propriedade integradora do meio geográfico, sendo este uma realidade unitária e não fragmentada.

Novamente, a noção da técnica como propriedade integradora do meio geográfico não pode ser confundida com a ideia de distribuição homogênea dessa no espaço. Como visto anteriormente, a difusão da técnica no mundo se dá de forma desigual e contraditória. Essa realidade permite, por meio da combinação de diferentes sistemas técnicos, infligir as inúmeras possibilidades e formas de vida que compõem os mais diversos lugares. Se a técnica é tida pelo movimento histórico das relações sociais, o valor que carrega determinado objeto técnico, por exemplo, só se manifesta por meio da realidade espacial na qual está inserido (SANTOS, 2006).

Devemos partir do fato de que esses diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para tratar de entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam. (SANTOS, 2006, p.42).

Ora, as ações humanas se realizam através da historicidade de situações por intermédio de objetos, logo a técnica torna-se história a partir do momento em que se criam e se instalam tais objetos no meio geográfico, revelando as condições históricas que presidem a operação

³ “A noção, aqui, de solidariedade, é aquela encontrada em Durkheim e não tem conotação ética ou emocional. Trata-se de chamar a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum.” (SANTOS, 1996, p.35).

desta no espaço. Segundo Milton Santos (2006), é através da dinâmica histórica das técnicas e do movimento social que as animam que podemos nos aproximar de uma leitura unitária entre tempo e espaço. Nos dizeres do geógrafo, “(...) tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias.” (SANTOS, 2006, p. 53).

Portanto, quais características apontam as especificidades da fluidez do atual sistema técnico? É evidente que a técnica, como forma do fazer humano, determina as diferentes épocas que marcam e que irão marcar o desenvolvimento da história. Por sinal, essa característica de constante transformação que a técnica detém dá-se pela busca incessante de coerência entre suas peças⁴ (SANTOS, 2006).

A vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é. Conjuntos de técnicas aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar. É essa a lógica de sua existência e de sua evolução. (SANTOS, 2006, p. 176).

A complexidade das relações sociais se estreita a partir da união entre técnica e ciência. Segundo Milton Santos (2006), a tecnociência, resultante desta convergência, deve ser analisada como base material e ideológica para a reprodução dos discursos e práticas da globalização. É esta característica que abre o leque de possibilidades frente à capacidade criativa e inventiva do ser humano em se apropriar das virtualidades da natureza. Outra característica importante apontada pelo geógrafo está na rapidez da difusão deste atual sistema técnico. No entanto, devemos nos atentar à multiplicidade de entendimentos que surgem a partir disto. Ao mencionar a capacidade sistêmica de se dissolver no mundo através da globalização, Milton não confere a isto o princípio de homogeneidade deste fenômeno, pelo contrário, o geógrafo aponta para a necessidade de se analisar o espaço geográfico através da convivência de diversos modos de existência técnica. Aliás, é isso que um caráter contraditório ao espaço geográfico: o afrontamento e coexistência de diferentes sistemas técnicos.

O casamento entre técnica e ciência resultou na expansão das possibilidades inventivas da tecnologia. O encurtamento do tempo dos processos de incubação, aceitação científica e industrial para seguir a seu uso generalizado no mundo impôs a tecnologia como um fenômeno praticamente inevitável e que se desenvolve de acordo com as vontades globais do mercado, operando em todos os lugares do mundo, inclusive no plano do imaginário, para que sua

⁴ Segundo Milton Santos (2006, p. 176), os elementos que compõem a evolução interna dos sistemas técnicos são materiais e sociais. Isso evidencia a necessidade de se compreender o espaço geográfico através da animação dos corpos que o compõem.

presença se firme ao novo. É cabível apontarmos esta situação sendo decorrente da flexibilidade e flexibilização do atual modelo de acumulação? De certa forma podemos apontá-la como constituinte das relações que totalizam o espaço, porém estas características que apontam à acumulação capitalista só são possíveis de se realizarem com o endurecimento (da “vida dura” mesmo) organizacional. A rigidez das normas e do tempo são exemplos de como o cotidiano molda-se através da dialética destes pares.

Jacques Ellul (1964, pp. 64-79, 78-79 apud SANTOS, 2006, p. 181-182) aponta duas dimensões que compõem o fenômeno técnico atual, são elas a racionalidade e a artificialidade. Ironicamente, para que um objeto técnico garanta sua eficácia frente às intenções e propósitos de sua criação, deve-se garantir que a virtualidade precisa deste distancie as incertezas da natureza (SANTOS, 2006, p. 182). Isso se dá especialmente pelo extremismo da intencionalidade na criação destes objetos, essa ação que constituirá a base da racionalidade destes e que parece distanciar do ser humano, através de ações verticais, a própria natureza, dando o caráter artificial dos objetos técnicos.

Para contribuirmos a esta discussão sobre o caráter virtual dos objetos técnicos da atualidade e como a artificialidade que os compõe acaba por transgredir a percepção do ser humano como parte constituinte da natureza, é cabível apresentar ao leitor algumas experiências tidas em espaços de construção durante a graduação. Durante os momentos conflituosos de atrito entre as imposições das políticas educacionais do Estado e as reais necessidades que demandam os espaços da universidade pública, no ano de 2016, resultou do movimento estudantil uma proposta de organização de um “grupo de estudos” com o intuito de articular um estudo direcionado pela 6ª edição da obra *Espaços de Esperança* de David Harvey, publicada em 2013 pela editora Loyola. Em dado momento do livro, o geógrafo propõe uma experiência envolvendo dois filmes para entendermos a diferença que faz uma geração, como é intitulado o subtítulo do primeiro capítulo, para nos emanciparmos intelectualmente quanto às possibilidades de realização do e no espaço. Os filmes são *O ódio (La haine)*⁵, de 1995, e *Duas ou três coisas que eu sei sobre ela (Um ou deux choses qui je juis d'elle)*⁶, de 1966. Porém, para os efeitos de nossa discussão, é especificamente *O ódio* que nos chama a atenção para determinada situação. O filme narra um dia na vida de três jovens que habitam o cotidiano de um conjunto habitacional do subúrbio de Paris. A trama envolve a agitação popular tida nos anos de 1990, associada à insatisfação de seus habitantes pelas condições a que eram submetidos cotidianamente. Durante um evento de confronto direto entre a polícia francesa e a

⁵ Filme dirigido por Mathieu Kassovitz.

⁶ Filme dirigido por Jean-Luc Godard.

população residente dos conjuntos, que manifestava suas insatisfações, o revólver, o qual tinha porte policial é perdido em meio ao caos do conflito para posteriormente ser encontrado por um dos jovens protagonistas do filme. Diante do achado, uma nova gama de possibilidades de como viver o espaço banal surge.

A arma de fogo, um objeto técnico...um revólver carregado de munições e poder que num simples movimentar de dedos, ao lançar um projétil em direção certa, pode fazer ultrapassar os limites da corporeidade humana, banalizando o movimento contínuo da vida, é tido como referencial para a redefinição do uso que esses jovens faziam dos espaços que habitavam. Trama semelhante, porém, dotada de uma sensibilidade mais intrigante, está no romance de Plínio Marcos, de 1976, intitulado *Uma reportagem maldita – Quêro*. O romance narra a história de Querosene (Quêro), uma criança que tem como principal movimento de sua vida as contradições da cidade de Santos durante os anos sombrios da Ditadura Militar brasileira. Revoltado em ter nascido do encontro violento entre seus pais em um cotidiano exonerado de harmonia, Quêro tende a conviver com a verdadeira escassez através dos espaços de possibilidade encontrados em suas andanças ao mundaréu. É diante de um momento de descuido que um traficante, o qual Querosene já havia conhecido, perde sua arma de fogo para o menino. Desde então, Quêro passa a viver os espaços que habitava de uma outra forma, agora tem em mãos um objeto técnico dotado de extrema intencionalidade.

Em ambos os casos temos o revólver como o objeto técnico, constituído do encontro entre a técnica e a ciência, aprimorado graças ao desenvolvimento tecnológico estabelecido pela atual relação espaço temporal, imposta pelas necessidades de acumulação capitalista de um mercado globalizado. Foi exposto anteriormente que estes objetos técnicos, no caso o revólver, são determinados pelo próprio espaço, quando este é entendido através da animação das relações sociais. Podemos dizer que a arma de fogo é um objeto técnico voltado às necessidades do poder (pela manutenção ou transgressão deste) e que, por desfrutar de uma capacidade imediata de rompimento com o plano da existência, acaba por persuadir a vida com o medo. Ao ter em suas mãos um objeto técnico dotado de tais intencionalidades, a relação que as personagens de ambas as tramas passam a ter com o espaço se transforma, em ambos os casos as ações dos agentes se reconfiguram. Ora, o espaço animado pelas interações sociais, no caso, de excessiva violência, determina e redefine as intenções e propósitos desses objetos técnicos, onde a contiguidade histórica do espaço os assegura a agir em um conjunto solidário de acordo com as necessidades de cada agente, no caso, as personagens protagonistas de ambos os enredos. Estas, ao utilizar o objeto técnico com intenções e propósitos primordiais de negação da existência da vida, afirmam a sua própria existência em meio às formas de opressão impostas

durante seus cotidianos. O objeto técnico é redefinido como indutor de possibilidades à vida destas personagens, mesmo que em meio à violência, visto que esta é inerente às formas contraditórias que manifestam o espaço habitado por elas.

Obviamente não queremos aqui negar a função primordial da arma de fogo como objeto técnico necessário à manutenção do controle das inúmeras possibilidades de manifestação da vida, porém contribuir para o entendimento de como o espaço, através da animação das relações sociais, pode redefinir o propósito de determinado objeto técnico que o compõe. Ademais, este exemplo salienta que o extremismo na intencionalidade destes objetos que compõem o atual sistema técnico garante que a virtualidade destes distancie as incertezas da própria natureza, como salientou Milton Santos (2006), sendo a racionalidade deste, premissa para a dissociação entre o ser humano e a natureza, e ironicamente entre a vida e a história.

É também a interação entre os elementos do espaço que compõem os dois cenários acima descritos que nos possibilita compreender o espaço como uma totalidade. Visto que é a sociedade que lhe atribui esta perspectiva através do ânimo de suas relações, cada ação envolvendo os agentes das duas tramas mencionadas não constitui um dado meramente independente, pelo contrário, resulta de um processo social (SANTOS, 2012, p. 18). Assim, as inúmeras possibilidades e significados que envolvem o direcionamento do cano de um revólver, visto como objeto técnico, são inerentes a um conjunto de processos sociais e estes só se dão por meio do espaço geográfico.

Sobre a informação

Como exposto anteriormente, a técnica conduz a uma percepção do tempo. Isso possibilita inferir que sua manifestação é histórica, permitindo-nos periodizar momentos de acordo com a hegemonia de cada no espaço geográfico. Ao ser instaurada no e pelo espaço, uma nova lógica amplia as possibilidades de uso do tempo, enrijecendo as relações sociais de acordo com as normas de um novo ritmo.

A informação, tida como uma das principais intermediações entre os seres humanos e o meio, implica no surgimento de um novo modo hegemônico de organização do trabalho, constituindo hoje a base para o poder (SANTOS, 2006). De acordo com o geógrafo (2006, p. 184), “controle centralizado e organização hierárquica conduzem à instalação de estruturas inegalitárias, já que a informação essencial é exclusiva e apenas transita em circuitos restritos.”. É pela hegemonia da informação como intermediária das relações sociais que hoje centros de decisão asseguram seu poder sobre outros pontos do espaço.

Milton (2006) propõe analisar tais práticas do controle (*ações*) através do conceito de *verticalidade*. As relações verticais entre os lugares carregam consigo a possibilidade instantânea da desagregação, exonerando e marginalizando do espaço elementos antes originários, para serem substituídos e controlados por meio de comandos e interesses externos ao cotidiano destes lugares. A esse movimento de desagregação, o geógrafo denomina de *forças centrífugas*. Carlos (2007) contribui para essa discussão ao revelar o caráter espacial subjugado a esta realidade. Segundo a autora, uma das características centrais do capitalismo está na quantificação do tempo, (des)organizando os modos de uso do território. Ao enrijecer as relações sociais (espaço e tempo) pela possibilidade de geração de lucro, as ações externas às origens dos lugares, criam, através de um movimento de ruptura radical, o que a autora denomina de *espaços amnésicos*⁷. A perda da história, por meio da ruptura identitária entre os lugares é gradualmente substituída por uma *identidade abstrata*⁸. No entanto, essa imposição, materializada pelas ações também é transformada no momento de sua instalação. Para assegurar que suas funções se realizem é necessário um movimento de adaptação aos lugares, de acordo com as especificidades geográficas que ali se estabelecem.

⁷ Segundo Carlos (2007, p.56) o *espaço amnésico* é “(...) um processo que enfoca a ruptura, uma mudança que não se apresenta como gradual, mas como produto de uma ruptura brutal, ‘era e não é mais’, diluindo as referências se diluem no espaço da metrópole e, com ele, os traços que se baseiam a construção da identidade, produzida pela vida de relações, no interior dos bairros.”

⁸ Onde as relações sociais se realizam através da mercadoria. (CARLOS, 2007).

É justamente a interação entre informação e poder que também pode fomentar a capacidade inventiva de ações tidas como subversivas. Um caso emblemático está na obra de Willian Powell, *The Anarchist Cookbook*, publicado no ano de 1971 em um contexto mundial de agitação social. O livro traz uma série de receitas com instruções para o manuseio e fabricação de artefatos explosivos, substâncias psicotrópicas, armas de fogo, armas “brancas”, enfim, equipamentos que podem ser utilizados, entre outros, para fins de perturbação social e estatal. De fato, recentemente o próprio autor, em entrevista cedida ao documentário *American Anarchist*, de 2016, do cineasta Charlie Siskel, revela seu ódio pelas formas de opressão do Estado Norte-americano a que eram submetidos os cidadãos conterrâneos, assim como toda a população mundial, e segundo ele, quando tinha 19 anos (idade correspondente à primeira edição), acreditava ser esse tipo de informação, antes restrita às instituições estatais, a forma mais eficaz para transgredir as violências do estado, culminando numa revolução social.

No primeiro momento de publicação, o livro não surte os efeitos e eventos materiais para os quais posteriormente vem a contribuir, apenas causa certo desconforto e estranheza a uma parcela da população norte-americana tornando-se um símbolo de contracultura literária em um contexto de agitações políticas. Deve-se ressaltar que na década de 1970 as tecnologias da informação ainda eram bastante restritas, a própria busca bibliográfica realizada pelo autor deu-se no interior de bibliotecas, em meio a livros e manuais militares que ali estavam expostos. Porém, é no ano de 1999 que o conteúdo do livro passa a ter ligação com o massacre ocorrido na cidade de Columbine, no Colorado, Estados Unidos, quando a polícia, realizando uma busca na residência dos jovens envolvidos no ato, encontra, entre outras, uma cópia do livro de Willian Powell. O mesmo cenário repetiu-se em casos semelhantes de atentados envolvendo escolas e, mais recentemente, o próprio Estado Islâmico, em ações terroristas ocorridas no ano de 2016 na Inglaterra.

Apesar do conteúdo do livro, seria muito simplista e até mesmo presunçoso responsabilizá-lo por essas ações de violência. Seria como dar abertura a um determinismo informacional para explicar os fatos da realidade. Estes só ocorrem em consequência da organização socioespacial a que criamos e nos submetemos. Existe, enfim, uma relação complexa entre o todo e o lugar. O que merece destaque neste exemplo é o papel que desempenham as tecnologias da informação, no caso a internet. As cópias encontradas na residência das pessoas envolvidas nos atos de violência tiveram origem do *download* de um arquivo digitalizado, e podem ter influenciado eventos que em nada se relacionam com os verdadeiros intuítos de criação da obra; originalmente, resignificavam a informação para fins

de emancipação de um estado opressor, e, posteriormente, foram utilizadas como alicerce ao poder efêmero de indivíduos, grupos e organizações em conflito com outros.

A internet, deste modo, é tida como a rede de ligação entre os eventos violentos eclodidos no mundo e a informação sistematizada do livro. Ela pode implicar na manutenção de determinadas formas de poder, através da informação cedida ao consumidor, estreitando realidades e tempos. Melgaço (2010) aponta a internet como um dos principais ícones do sistema técnico informacional padronizado pelo mundo, e, de fato, numa simples busca textual no site *google.com.br* temos acesso ao material, já traduzido, de tal livro.

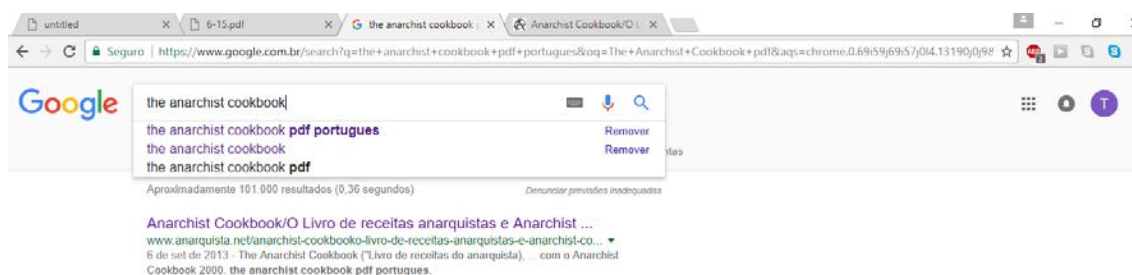


Figura 1. Busca textual do livro *The Anarchist Cookbook*, 2017. O próprio site *google.com.br* nos induz a buscar a edição traduzida do livro. Fonte: *google.com.br*.

O aspecto informacional deste período nos auxilia nas reflexões sobre o contexto em que estão inseridas as particularidades de objetos técnicos do fenômeno da vigilância, especificamente as câmeras de vídeo. Melgaço (2010, p.178) dialoga com cinco conceitos trabalhados por Milton Santos (1999, 2000 apud MELGAÇO, 2010, p.176), que possibilitam compreender a dimensão espacial e temporal na que este período se insere. São eles: *unicidade técnica planetária, convergência dos momentos, alargamento dos contextos, cognoscibilidade do planeta e aceleração contemporânea*.

Iniciaremos o trabalho de reflexão sobre os conceitos propostos a partir do que Milton Santos (2006) intitula de *unicidade técnica*. Segundo o geógrafo, o atual período técnico inclui o lugar em uma história técnica e social mais abrangente quando comparado aos períodos passados, onde as técnicas do corpo, carentes de mobilidade, dependiam dos recursos intelectuais dos indivíduos e, sobretudo, das limitações impostas pela natureza de acordo com a especificidade geográfica das mais diversas localidades. Definia desta forma os sistemas técnicos como locais, pois ao lugar cabia definir as condições de vida e de sua própria transformação. Tendo a técnica como noção integradora do meio geográfico, a análise que deve sobressair sobre a transição de cada sistema técnico contempla a historicidade do movimento

social com a combinação de diversos sistemas, visto que estes se desenvolvem e espalham pelo espaço geográfico de forma contraditória, logo, desigual.

Ao longo da história, as trocas entre grupos, e sobretudo, as desiguais, acabam por impor a certos grupos as técnicas de outros. Entre aceitação dócil ou reticente, entre imposição brutal ou dissimulada, a escolha é, entretanto, inevitável. É assim que conjuntos inteiros ou pedaços de técnicas se incorporam a outros pedaços mudando-lhes os antigos equilíbrios e acrescentando elementos externos às histórias até então autônomas. (SANTOS, 2006, p.190)

Segundo o geógrafo, à medida que o sistema econômico capitalista se transforma, a escolha por diferentes sistemas técnicos se estreita, culminando na segunda metade do século XX num único sistema técnico como base material para a globalização⁹ (Santos, 2006). Melgaço (2010) aponta justamente a internet como ícone primordial deste ao representar a universalidade do fenômeno técnico como realidade, integrando-se aos lugares praticamente num mesmo momento e dando lugar a ações carregadas de conteúdo global. Logo, o livro de Willian Powell pode ser traduzido por qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, visto que o conteúdo está conectado por uma rede de informação complexa e de mesmo padrão técnico. De fato, ao ser transformado em arquivo *.pdf* e disponibilizado, por exemplo, no formato de nuvens em arquivos *.rar*, ele pode ser acessado por qualquer computador espalhado nos quatro cantos do globo. É, por sinal, o computador, o objeto técnico que possibilita que a noção de tempo real se torne historicamente operante (SANTOS, 2006)¹⁰.

Esta instantaneidade percebida nos possibilita trabalhar com o conceito de *convergência dos momentos*. Melgaço (2010) o aponta como o momento de compartilhamento imediato do tempo. Santos (2006) evidencia os satélites artificiais em órbita no espaço como um momento importante para o conhecimento geográfico do próprio planeta. Através das tecnologias incorporadas nestes satélites a informação passou a ser reconhecida de forma mais imediata. Os meios de comunicação televisivos, por exemplo, dependem de tecnologias incorporadas a estes objetos em órbita, sinais são emitidos entre as emissoras e satélites para que possam ser transmitidos em tempo real num aparelho televisivo. Caso recente que nos leva à convergência

⁹ “Cada nova família de técnicas não expulsa completamente as famílias precedentes, convivendo juntas segundo uma ordem estabelecida por cada sociedade em suas relações com outras sociedades.” (SANTOS, 2006, p.193).

¹⁰ Devemos ressaltar que no ano de 1996 – ano da primeira impressão da obra de Milton Santos, *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, as tecnologias da informação, mesmo que obsoletas quanto às atuais possibilidades dos avanços da informática, eram representativas de um avanço tecnológico, comparado as primeiras experiências com computadores. Castells (1999) cita o exemplo do Minitel francês, desenvolvido na década de 1980, como primeiro sistema de comunicação mediado por computadores, mas que não abalou, à época, a vitalidade e interação de um ambiente urbano intenso, como descrito pelo autor.

de momentos está no assassinato ocorrido no dia 19 de dezembro de 2016, transmitido ao vivo, do embaixador russo, Andrei Karlov, que discursava na inauguração de uma exposição fotográfica em Ancara, capital da Turquia. Sem dúvida, a exibição em tempo real do atentado contribui para o alargamento dos contextos do medo, como fenômeno generalizado, tornando-se uma prática terrorista representativa do atual sistema técnico.



Figura 2. Momento do assassinato do diplomata russo Andrei Karlov.
Fonte: Reuters, 2016.

No contexto das câmeras de vigilância, a convergência dos momentos pode se dar pela captura imediata de ações que transgridam as normas de comportamento sustentadas pela sociedade, como por exemplo um assalto a banco ou, até mesmo, uma infração de trânsito, com as quais as autoridades específicas poderão interagir em tempo real ou assimilar as informações capturadas com eventuais investigações.

Diante deste fenômeno técnico, torna-se evidente que a distância entre os lugares insere-se num contexto de comunicação generalizada. Logo, ao associarmos unicidade técnica e convergência dos momentos, como propõe Melgaço (2010), podemos trabalhar com o conceito de *alargamento dos contextos*. Segundo o autor, o conceito refere-se à capacidade de acessar informações do mundo, em tempo real, a partir de um único lugar. Milton Santos (2006) aponta que estas novas possibilidades podem contribuir, através do uso preciso do tempo e do espaço, para relações de poder de grandes firmas e empresas. Um caso que auxilia na compreensão

desse conceito consiste no uso de câmeras de vigilância em instituições de ensino privada¹¹. A partir de uma tecnologia que integra as informações captadas pelos sensores das câmeras ao computador, diretores e coordenadores podem ter acesso em tempo real às dinâmicas tidas em sala de aula. Melgaço (2010) propõe compreender as relações sociais que ali se manifestam, por intermédio deste sistema técnico informacional, a partir da disciplinarização dos corpos, visto que a presença de câmeras em sala de aula busca a padronização de comportamentos e situações necessários à afirmação das normas rígidas da empresa.

Evidentemente, este último exemplo não abrange a informação capturada pelas câmeras em escala planetária¹², mas aponta uma característica fundamental do atual sistema técnico de se integrar aos lugares, reconfigurando as relações sociais para determinados fins. Deste modo, limitam-se as possibilidades de realização das manifestações adversas a tais fins.

É por meio da captação em tempo real de imagens e situações do mundo que este tem se tornado cada vez mais uma realidade empírica. A *cognoscibilidade do planeta* só é possível devido aos avanços das tecnologias da informação e tem influenciado muito as possibilidades de uso do espaço geográfico. Através das imagens de satélites pode-se obter um conhecimento extenso e até mesmo aprofundado do que compõe cada lugar do mundo, ou até mesmo fora dele, haja visto os esforços internacionais da corrida espacial para reconhecer as características do solo marciano e lunar.

O estreitamento entre tempo e espaço, ou seja, entre o acontecer dos lugares, resulta sobretudo das técnicas da velocidade que compõem a informação. Segundo L. Ferrara (1993, p.167 apud SANTOS, 2006, p. 199), atualmente “[s]incroniza-se o global e o fragmento, a parte e o todo, o produto e o processo, o geral e o particular, no intercâmbio que cria um campo único, onde se expande o conhecimento e a ação”. Este campo único a que faz menção L. Ferrara é produto da *aceleração contemporânea*. Segundo Melgaço (2010), as inovações tecnológicas surgem em intervalos de tempo cada vez mais curtos para suprir as demandas de um mercado que se propõe a apresentar-se como “moderno”. A obsolescência programada de equipamentos do setor de vigilância é um exemplo que o autor levanta para afirmar a tendência das novas tecnologias apresentadas pelo mercado.

O entendimento destes conceitos não só é útil para o esforço de sistematização do conhecimento geográfico, como também nos possibilita, sob outra perspectiva, compreender os

¹¹ A instituição de ensino analisada neste trabalho está localizada na cidade de São Carlos – SP., no entanto, optou-se por não expor o nome legítimo da escola ao decorrer do texto.

¹² Como por exemplo, a possibilidade de interação em tempo real entre a sede de uma empresa multinacional e suas diferentes sucursais espalhadas pelo mundo. A informação pode intensificar as ações externas que configuram as características de cada lugar.

destinos políticos e econômicos que envolvem atualmente o uso do território de nosso país. No dia 01 de setembro de 2017, em encontro realizado entre autoridades brasileiras e chinesas, a China assegurou e deu prosseguimento ao programa de privatização do atual governo. O encontro garantiu uma nova etapa dos intercâmbios econômicos entre as duas nações, cedendo espaço a novos investimentos no setor de energia, agronegócios e infraestrutura. Segundo o jornal El País¹³, entre os acordos assinados destaca-se uma nova linha de crédito avaliada em 300 milhões de dólares ao Banco do Brasil além do preparatório avaliado em 3 bilhões de dólares ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além de se posicionar como principal banqueiro do Brasil, a China também garantiu investimentos nos setores da produção de energia elétrica e nuclear, o que pode ser problemático ao revelar o caráter predatório, do ponto de vista socioambiental, das políticas de privatização. A privatização de parte do setor energético nacional, por exemplo, contribui para a submissão dos recursos ambientais e financeiros públicos aos interesses do capital estrangeiro. As matérias-primas que possibilitam a produção final de energia elétrica, como as condições naturais de uma bacia hidrográfica e todos os sistemas socioecológicos que a compõe, além dos instrumentos de produção, materializados pela captação de recursos públicos, passam a ser destinados a um grupo seleto de capitalistas e investidores estrangeiros, que pouco se identificam com as necessidades de toda uma população. Para eles, os meios de produção, ou seja, todos os objetos materiais que intervêm no processo de trabalho, e a energia gasta neste através da força de trabalho desta mesma população, possuem um único propósito, a busca incessante pela lucratividade que garantirá a rentabilidade dos investimentos em meio à selvageria da competição produtiva de nosso sistema econômico hegemônico.

O exemplo mencionado demonstra a perversidade de políticas de privatização do patrimônio público a que está submetida a vida de milhões de brasileiros. O uso do território nacional por empresas estrangeiras, principalmente dos setores energéticos e de exploração mineral, interfere no poder administrativo e legislativo de grandes bens naturais, interferindo nas dinâmicas históricas do trabalho humano que ali se realizava. Essa realidade é testemunha das relações que se dão através dos aparatos estatais e dos mecanismos de mercado, as quais só são possíveis devido à existência de um único sistema técnico. Na ausência de um sistema técnico hegemônico capaz de integrar diferentes partes do planeta em um mesmo instante, jamais seria possível a movimentação bilionária em empréstimos de capital estrangeiro para o abastecimento de nossos bancos nacionais. Deve-se ressaltar também que a aceleração

¹³ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/01/internacional/1504279321_972453.html.

contemporânea, preocupação firmada por Milton Santos em sua obra *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, publicada em Paris em 1971, é resultado da unicidade técnica e condição para a reprodução das formas de manifestação social da atualidade, desarticulando e reinventando os lugares de acordo com as imposições da Divisão Internacional do Trabalho

“Devemos também levar em conta o fato de que a aceleração do progresso é comum aos dois mundos, e essa aceleração é tão rápida que não raro passa despercebida, agravando a distância entre mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido, multiplicando assim as dificuldades de transposição para um deles, da metodologia aplicada no outro.” (SANTOS, 2009, p.22).

Sobre a contextualização do monitoramento por câmeras de vigilância

Pode-se traçar um paralelo entre o medo, como expressão sentimental dos sujeitos, e o avanço dos sistemas técnicos de comunicação. Ao captar a imagem de determinado evento traumático à ordem social, um novo medo surge em meio à gama de sentimentos que compõem a imprevisibilidade de nosso cotidiano. A convergência dos momentos, possibilitada pelo aprimoramento técnico dos meios de comunicação, acaba por inferir no alargamento dos contextos de determinado fenômeno. Melgaço (2012), por exemplo, aponta o atentado às torres gêmeas em Nova York no ano de 2001, o massacre ocorrido na Columbine High School em 1999 e até mesmo evento semelhante, ocorrido em 2011, na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, como momentos traumáticos que apontam a imprevisibilidade do cotidiano.

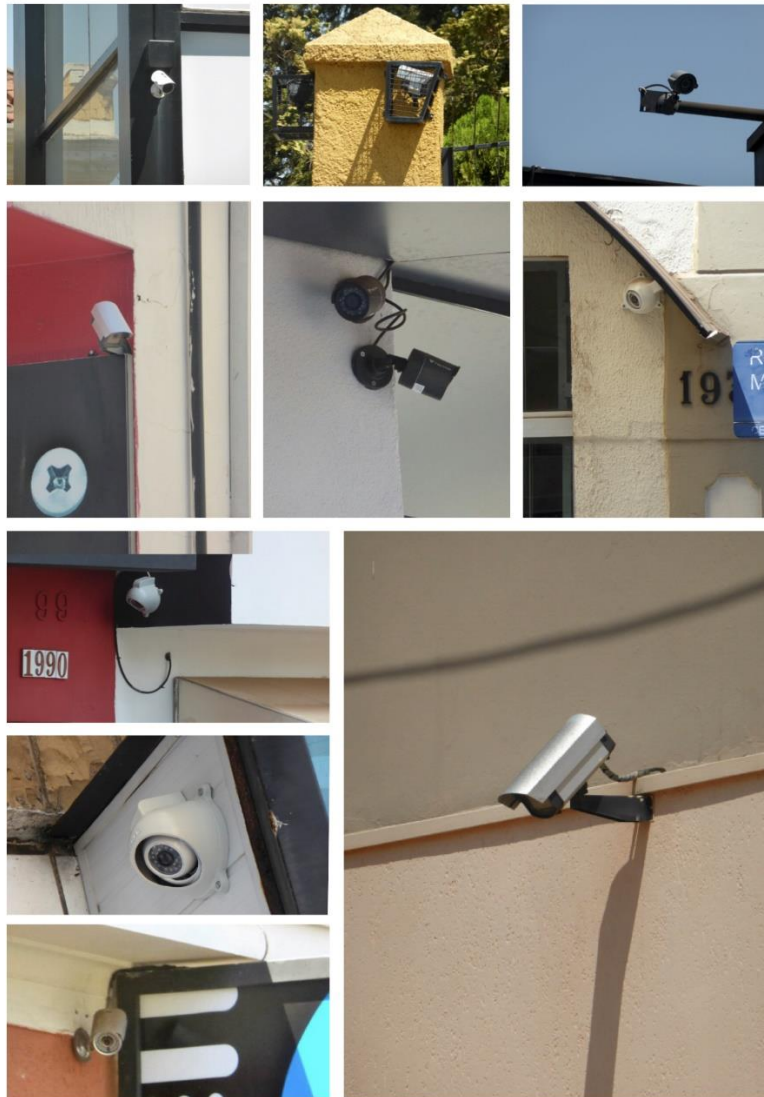
É da imprevisibilidade e do sentimento de pertencimento àquela situação, tida pela exposição midiática dos fatos, que do medo advém a busca por segurança.

A busca por segurança é muitas das vezes uma busca pela diminuição e pelo controle dos medos. E o medo é um produto da impossibilidade de se prever o que poderá acontecer no futuro. Quanto menos se conhece um lugar e mais imprevisíveis são as ações que nele possam ocorrer, mais amedrontador ele tenderá a ser. (MELGAÇO, 2012, p. 195).

Desta forma, surge uma nova tecnologia incumbida de aprimorar o controle dos espaços. O olhar anônimo e onividente das câmeras de vigilância, como aponta Machado (1990), passa a ser símbolo de uma nova forma de lidar com as imprevisibilidades do cotidiano, tornando-se um aparato técnico generalizado pela sociedade da informação.

Os sistemas eletrônicos de vigilância multiplicam-se em progressão geométrica por toda parte. Não apenas os aeroportos ou estações de trem e metrô, mas agora até mesmo as estradas, os túneis, os supermercados, os grandes magazines, os bancos, as fábricas e, no limite, escolas e instituições psiquiátricas, estão submetidos aos olhares técnicos e impessoais das câmeras de observação. (MACHADO, 1990, p. 23).

Portanto, as câmeras de vigilância representam objetos técnicos, que distribuídos pelo espaço, de maneira casual e quase invisível, dão a este seu caráter de racionalidade. Ora, quando não instaladas para a vigilância de determinado patrimônio privado, como residências, estão distribuídas próximas às fachadas de lojas, bancos ou até mesmo em pontos estratégicos de ruas e avenidas que possibilitam a reprodução contínua do capital sem a interferência de uma ordem subversiva aos interesses deste.



Fotografia 1. Câmeras de vigilância fotografadas durante trabalho de campo no Centro de São Carlos - SP, 2017. Autor: Tiago Verardino.

Para que esta racionalidade possa se perpetuar nos espaços, é necessário que estes novos objetos da vigilância eletrônica viabilizem um sistema abstrato de disciplinamento (Machado, 1990). No contexto dos equipamentos de vídeo, este sistema é materializado, segundo BRUNO (2008, p.47) por câmeras

(...) reais ou falsas; públicas ou privadas; visíveis ou escondidas; analógicas ou digitais; com sistema de gravação ou não; com monitoramento em tempo real ou diferido; isoladas ou conectadas em rede; voltadas para indivíduos ou para coletivos; com fins de prevenção ou de intervenção; com filtros e análise sistemática de imagens ou não; integradas a bancos de dados ou não.

É desta forma que a difusão do controle por meio da utilização de câmeras de vigilância pode nos indicar às inúmeras formas de persuasão dos corpos que habitam os espaços. Esta tecnologia, além de captar e registrar efetivamente determinada ação, também pode surtir efeito no campo simbólico, “atuando como signo que dissuade a realização de comportamentos indesejáveis” (BRUNO, 2008, p.47).

Melgaço (2012) irá nos conduzir com maior lucidez quanto aos objetivos principais que induzem a utilização por câmeras de vigilância. De acordo com o autor, devemos destacar três características principais que definem o uso das câmeras através da temporalidade do cotidiano, são elas: o passado, presente e futuro de ações criminosas. Ao passado, as câmeras de vigilância, dotadas de sistemas de gravação e integradas em rede, tornam-se eficientes pela possibilidade de capturar e armazenar imagens de possíveis delitos, servindo como banco de dados para eventuais investigações ou até mesmo judicialmente, como indícios de crimes. No entanto, segundo Melgaço (2012), este uso que se faz das câmeras de vigilância torna-se uma prática demasiadamente complexa, devido à velocidade e intensidade dos fatos que acarretam um acúmulo expressivo de dados registrados.

No ano de 2014, na cidade de São Carlos – SP, a Delegacia de Investigações Gerais (DIG), ao ter acesso às imagens captadas e armazenadas pelas câmeras de vigilância instaladas no interior de umas das lojas da rede de Supermercados Dia, localizada no bairro Cidade Jardim, teve maior facilidade em identificar o autor do assassinato do segurança privado Adroaldo Barbosa Gonçalves, executado com um tiro na cabeça em plena luz do dia na avenida Francisco Pereira Lopes. A imagem captou o momento exato do crime, no entanto sua divulgação traz à tona a própria fragilidade de um sistema que deveria primar pela segurança e sigilo dos dados captados (MELGAÇO, 2012). Ao serem difundidas na internet através de uma filmagem, realizada por celular, do monitor inserido no sistema integrado de vigilância do Supermercado Dia, as imagens banalizam um ato inconsequente de violência extrema, demonstrando a fragilidade dos corpos sob as novas técnicas da informação e transformando um evento traumatizante em mero espetáculo, vinculado às redes de comunicação. Prova disto está nas 11.521 visualizações deste vídeo, divulgado abertamente na mídia social Youtube.com, até a data de vinculação da imagem neste trabalho.



Figura 3. Momento em que o segurança Adroaldo Barbosa Gonçalves é assassinado.
 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=eldoLDgwWdM>.

Ao associarmos a utilização de câmeras de vigilância no controle do presente, o olhar anônimo e onividente das câmeras se reflete como uma extensão do olhar das autoridades públicas com poder de polícia, ou até mesmo de vigilantes privados. Segundo Melgaço (2010), é possível identificar alguns conceitos que envolvem as transformações do tempo cotidiano e a instalação destes objetos técnicos. O autor aponta a existência de um alargamento dos contextos, visto que a área de atuação da polícia ou da própria empresa privada de vigilância aumenta de acordo com a capacidade de imageamento de cada equipamento. Além disso, pode-se afirmar que devido às capacidades tecnológicas destes sistemas eletrônicos de vigilância, é possível uma convergência dos momentos, visto que o funcionário encarregado da leitura destas imagens pode comunicar, em tempo real, qualquer autoridade em campo quando acionado algum padrão comportamental fora do comumente esperado. Deve-se salientar que o próprio autor levanta a atuação das câmeras de vigilância no presente como manifestação menos eficiente, do ponto de vista da capacidade em evitar a ação de qualquer comportamento criminoso.

Para exemplificar, iremos refletir sobre algumas características que marcam a produção espacial da cidade de São Carlos – SP. No ano de 2012, a prefeitura, em parceria com a empresa Power Systems Comércio e Serviços, instalou vinte câmeras para o sistema de monitoramento de São Carlos nas regiões que na época eram dotadas dos maiores índices de criminalidade da cidade. A central de monitoramento destas câmeras de vigilância é operada por guardas

municipais durante 24 horas. Com o intuito de atender integralmente às polícias civil e militar, além da guarda municipal, podendo também servir como base de dados sobre eventuais congestionamentos, acidentes e infrações de trânsito, as imagens captadas pelos sensores das câmeras são armazenadas no sistema de monitoramento por trinta dias, tendo estas um alcance aproximado de 300 metros e de angulação de 360°. Segundo informações do então secretário de Governo, Marcos Martinelli, em matéria publicada¹⁴ no dia 08 de novembro de 2012 no site da prefeitura, as obras contaram com um investimento de R\$ 840 mil, sendo R\$ 700 mil destinados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do Governo Federal. Segundo o secretário, as obras de instalação das câmeras de vigilância e de readaptação do sistema de monitoramento municipal seguem as diretrizes do Plano Municipal Integrado de Segurança, agregando em um único mecanismo as instituições policiais.

Um aspecto interessante quanto à escolha de utilização das câmeras de vigilância na cidade é que a mesma ainda não possuía um padrão técnico condizente com a tecnologia empregada. As instalações das câmeras tiveram um atraso de aproximadamente 60 dias pois dependiam de um sistema digital. Isto implicou na instalação de cabos de fibra óptica que possibilitassem o imageamento deste novo sistema de monitoramento. Este fato nos remete às conceituações de Milton Santos, quando este assume a técnica como propriedade integradora do meio geográfico, afirmando que a combinação de diferentes sistemas técnicos se manifesta pela realidade espacial dos objetos técnicos inseridos nesse. Desta forma, a busca pelo monitoramento dos corpos na cidade de São Carlos também é reflexo de uma transformação dos padrões técnicos que compõem aquele espaço.

Outro aspecto importante a ser tratado é a escolha dos locais para a instalação desta tecnologia. Dos vinte pontos de instalação, destacam-se alguns para a continuidade desta reflexão. São eles:

1. Avenida São Carlos x Rua General Osório;
2. Avenida São Carlos x Rua Jesuíno de Arruda;
3. Avenida São Carlos x Rua Major José Inácio;
4. Rua Episcopal x Rua Conde do Pinhal;
5. Rua Dona Alexandrina x Rua Conde do Pinhal;
6. Rua Visconde de Inhaúma x Avenida Doutor Carlos Botelho;

¹⁴ <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/162864-central-de-monitoramento-ja-opera-com-24-cameras.html>.

Os seis pontos destacados possuem a presença de bancos como aspecto em comum. Nestes cruzamentos estão presentes, respectivamente, agências dos bancos Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil (pontos 4 e 5) e Caixa. Além disso, treze dos pontos escolhidos neste período se localizam na região central da cidade, onde a densidade do setor de serviços, entre os mais variados (comércio popular, *gourmet*, entre outros), é alta. Soma-se a isto o intenso fluxo de automóveis que circulam diariamente nesta região.



Fotografia 2. Câmeras de vigilância instaladas em frente e próximas de bancos na cidade de São Carlos - SP, 2017. Autor: Tiago Verardino.

O que pretendesse destacar entre estes aspectos é a intencionalidade dos locais de instalação destas câmeras de vigilância. Ao resgatar Heilmann e Mornet (2001), Melgaço (2010) propõe que estas tecnologias de vigilância pouco interferem na preservação das pessoas contra ações criminosas e sim sobre crimes contra a propriedade. Logo, supõe-se que a principal intencionalidade destas câmeras específicas está na preservação da propriedade. Obviamente a

densidade do setor de serviços e de instituições financeiras acarreta uma circulação maior de capital, podendo aumentar o índice de criminalidade destes lugares.

No entanto, mesmo após a instalação desta tecnologia em pontos estratégicos da cidade, os índices de criminalidade quanto a homicídio doloso, furto, roubo e furto e roubo de veículos só tenderam a aumentar. É o que apontam os dados estatísticos da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2001	22	3.016	491	344
2002	22	2.729	361	315
2003	17	3.225	390	328
2004	18	3.198	363	310
2005	19	3.423	523	387
2006	15	2.860	440	380
2007	15	2.993	340	244
2008	15	2.897	409	365
2009	15	3.182	632	397
2010	9	3.215	666	395
2011	16	3.065	727	470
2012	29	3.163	736	502
2013	20	3.351	859	549
2014	22	2.978	1.051	624
2015	22	3.183	866	799
2016	27	3.531	846	724

Figura 4. Dados do número de ocorrências policiais por ano da cidade de São Carlos.

Fonte: <http://www.ssp.sp.gov.br>.

A tabela¹⁵ do número de ocorrências policiais por ano da cidade de São Carlos, nos traz indícios de que a violência aumentou em muitos aspectos. Com exceção do número de homicídios dolosos, o número de furtos, roubos e furtos e roubos de veículos aumentou.

¹⁵ Deve-se deixar claro ao leitor que no momento desta pesquisa não foi possível o acesso a um eventual mapa de criminalidade da cidade de São Carlos – SP. Os dados apresentados na tabela configuram uma generalização espacial dos casos de criminalidade, não especificando a localidade destes. Pode-se concluir a partir disto a dúvida quanto à eficiência das câmeras de vigilância instaladas nos pontos tidos como estratégicos pelos órgãos municipais, assim como podem indicar, por meio do poder de coerção destas aos indivíduos, apenas um espalhamento da violência para áreas mais vulneráveis.

Isso nos traz indícios quanto à associação entre câmeras de vigilância e o tempo futuro, última proposta de interpretação das intenções de uso de câmeras no monitoramento do cotidiano apresentadas por Melgaço (2010). Segundo o autor, as câmeras desempenham um papel mais eficiente no efeito coercitivo de determinadas ações que transgridam a legalidade. No entanto, o mesmo aponta uma fragilidade desta perspectiva. O efeito coercitivo se limita a um curto período de tempo à instalação destas tecnologias, com o ritmo acentuado do cotidiano, as pessoas passam a se acostumar e até mesmo ignorar a presença destes novos objetos técnicos. Em casos extremos, os criminosos adaptam suas práticas à presença dos equipamentos de vigilâncias, ou chegam a debochar abertamente do sistema de controle, utilizando os próprios dispositivos de segurança para dar visibilidade e publicidade a seus atos.

Esta fragilidade relativa à terceira intenção do uso das câmeras de vigilância, como forma de monitoramento do cotidiano, também foi sentida no caso do sistema integrado de monitoramento de São Carlos, instalado em 2012. Apesar de aproximadamente metade dos pontos escolhidos como estratégicos à redução dos índices de criminalidade se posicionarem na região central, aumenta a insegurança de comerciantes e moradores. Em matéria¹⁶ vinculada ao site g1.globo.com, no dia 21 de julho de 2016, comerciantes e moradores se queixavam da falta de segurança às suas propriedades. Segundo a matéria, os comerciantes investem no uso de tecnologias para a segurança de seus estabelecimentos, no entanto não são promissoras quanto à prevenção de crimes. De fato, a própria matéria inclui o congelamento de uma imagem que capta o momento exato do roubo de uma lanchonete assaltada pela sexta vez na cidade de Descalvado.

¹⁶ <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/07/indice-de-violencia-cresce-na-regiao-e-aumenta-o-medo-entre-os-moradores.html>.



Figura 5. Matéria vinculado ao site [www.g1.globo.com](http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/07/indice-de-violencia-cresce-na-regiao-e-aumenta-o-medo-entre-os-moradores.html), do dia 21/07/2016, sobre o índice de violência crescente da região de São Carlos e Araraquara e a consequente insegurança de comerciantes e moradores.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/07/indice-de-violencia-cresce-na-regiao-e-aumenta-o-medo-entre-os-moradores.html>.

Além disto, a matéria apresenta um fenômeno crescente na produção dos espaços urbanos. De acordo com os comerciantes entrevistados, a outra possibilidade, além da utilização de câmeras de vigilância, é a contratação de serviços de segurança privada. O principal motivo levantado pelos que recorrem a estes serviços é a ineficiência das instituições de segurança pública. No entanto, Cubas (2005) aponta que deve-se levar em consideração um estímulo próprio de mercado à expansão deste novo setor. Segundo a autora,

Ao exigirem uma ação mais enérgica da polícia e não encontrarem resposta, forma-se uma clientela disposta a investir em sua própria segurança e então surge um negócio que parece ser muito lucrativo. (CUBAS, 2005, p.18).

De fato, em matéria¹⁷ publicada no site g1.globo.com, do dia 12 de julho de 2015, o setor de segurança privada havia registrado um aumento de 20% na cidade de São Carlos, devido à demanda da população local. Segundo a matéria, a sensação de segurança é o que faz a população buscar os sistemas de monitoramento. Segundo João Almeida, diretor de umas das

¹⁷ <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/07/setor-de-seguranca-privada-registra-aumento-de-ate-20-em-sao-carlos.html>.

empresas que atuam neste ramo na cidade de São Carlos, a procura tende a aumentar nos períodos correspondentes às férias (junho, julho, novembro e dezembro), quando os proprietários não estão presentes.

A matéria também aborda um ponto interessante que nos remete aos conceitos trabalhados por Milton Santos e Melgaço neste trabalho: a unicidade técnica planetária, convergência dos momentos, alargamento dos contextos e aceleração contemporânea. Em dado momento há um relato de um comerciante enfatizando o uso que se faz dos serviços oferecidos pelas empresas de segurança privada,

Eu visualizo pelo meu próprio celular tudo o que está acontecendo na loja. Então se houver uma situação de risco, eu aciono o sistema e o sistema de segurança acusa o alarme. A segurança é tudo agora, então fico bem mais tranquilo com essa situação. (Rodrigo Jose Ranieri, g1.globo.com, 12/07/2015).

A utilização desta tecnologia é resultante de uma unicidade técnica planetária, que permite desde a produção destes equipamentos até as formas de comunicação entre redes de determinado sistema monitorado. A convergência dos momentos se dá pela possibilidade de captação instantânea de determinada ação, no caso, através das imagens transmitidas em tempo real pelo monitor do celular. Quanto ao alargamento dos contextos, este se dá no momento em que, notada qualquer atividade criminal, o proprietário do estabelecimento pode acionar o sistema de segurança, acusando o alarme que pode estar integrado numa rede de monitoramento de determinada empresa, ou mesmo, pela difusão de uma sirene ou buzina que indica, no entorno do empreendimento, alguma atividade criminosa. A aceleração contemporânea é o reflexo do dinamismo intenso de informações que podem circular em determinadas redes, encurtando as distâncias entre os fatos ocorridos e o expectador destes. No caso mencionado, a possibilidade de contatar em tempo imediato um agente privado ou até mesmo a polícia em caso de crimes.

As autoras Sposito e Góes (2013), que levantam preocupações quanto à utilização crescente deste setor por parte da população, sugerem que a expansão de mercados legais do setor de segurança privada está ligada a uma *necessidade socialmente construída* de negação do *outro*.

Cubas (2005), ao levantar informações quanto à historicidade legal da segurança privada no Brasil, nos remete a algumas configurações socioespaciais que são reproduzidas atualmente, mas que foram herdadas dos anos da Ditadura Militar, refletindo o caráter problemático da busca por esses serviços.

A atividade de segurança privada no Brasil teve início na metade da década de 60 e a primeira legislação sobre o assunto surgiu em 21 de outubro de 1969, com a instituição do Decreto Lei 1.034/69. Este decreto autorizou o serviço privado em função do aumento de assaltos a bancos, relacionados aos movimentos de oposição política durante o governo militar, regulamentando uma atividade que até então era considerada paramilitar. (CUBAS, 2005, p.71).

Outro aspecto que merece destaque quanto à utilização deste tipo de serviço é sobre a fragilidade que envolve o poder ou não de polícia sobre os vigilantes privados. A busca pessoal, comumente conhecida como revista, como regra, é tida como violação da intimidade, da vida privada e imagem dos indivíduos. O art. 5º, X da Constituição Federal, prevê exatamente isso, “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;” (Brasil, 1999). Além disso, a busca pessoal é prevista na Constituição Federal como prática exclusiva do poder de estado. De acordo com o art. 144 da Constituição Federal,

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1999).

É importante ressaltarmos os limites legais de atuação dos funcionários encarregados por prestar os serviços disponíveis de empresas de segurança privada. Em matéria¹⁸ veiculada no site www1.folha.uol.com.br, no dia 11 de agosto de 2009, é apresentado o laudo médico apontando a morte por politraumatismo e hemorragia interna de Ademir Perato, morto aos 43 anos de idade devido ao espancamento cometido por dois seguranças privados da empresa Itapê Security, até então prestadora de serviços da rede de supermercado Dia da cidade de São Carlos. A vítima havia sido flagrada furtando duas coxinhas, dois pães de queijo e um creme de cabelo, totalizando um gasto de R\$ 26. De acordo com as normas legais devidamente apresentadas na Constituição Federal, ao flagrar o furto, os funcionários da empresa de segurança deveriam acionar imediatamente a polícia, a qual tem aparato judicial para lidar com situações como esta. Ao contrário do esperado, a vítima foi torturada no banheiro privativo do supermercado, sendo liberada apenas às 21h, horário de encerramento das atividades comerciais do supermercado.

¹⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1108200904.htm>.

Sobre a disciplinarização dos corpos

A cidade de São Carlos, invólucro deste exercício de reflexão sobre os conceitos e categorias analíticas da ciência geográfica, nos permitirá compreender as dinâmicas da produção espacial no contexto do monitoramento por câmeras de vigilância. Pretendo desenvolver, por meio de exemplos práticos do cotidiano do autor, assim como de outras situações, que envolvem outros agentes que animam as relações sociais de produção do espaço geográfico, uma série de reflexões quanto ao adestramento dos indivíduos frente à intencionalidade de tal objeto técnico, que se firma cada vez mais presente no cotidiano e nas paisagens urbanas contemporâneas.

Neste contexto, a busca incessante por segurança, através dos aparatos técnicos que distanciam os sujeitos das vulnerabilidades que fomentam o medo às oposições do padrão comportamental da sociedade, podem nos dar indícios de como o espaço geográfico e o movimento dos corpos vem sendo transformado por meio de diversas formas de violência que perpassam a utilização do monitoramento por câmeras de vigilância. Melgaço (2010) propõe trabalhar essas formas de violência através dos conceitos de *disciplinarização dos corpos* e *controle generalizado dos comportamentos*.

A primeira situação que analisarei diz respeito ao monitoramento por câmeras de vigilância utilizado no interior de escolas privadas na cidade de São Carlos - SP. O caso específico que discutirei é o de um colégio e cursinho que conta com a instalação de duas câmeras de vigilância nas extremidades de cada sala de aula. O conjunto técnico que compõe a existência destes objetos não representa o consumo das tecnologias mais recentes do setor de vigilância, porém é tido como suficiente devido às possibilidades de realização da convergência dos momentos. Isso implica na visualização imediata de situações que estão sendo captadas pelo imageamento destas câmeras.

Obviamente, num contexto generalizado de medo, a população não satisfeita com as respostas do poder público para solucionar os índices de violência e déficit nos setores da educação, saúde, transporte, lazer, entre outros, opta pelos serviços privados como alternativa à “qualidade de vida” de suas famílias. Neste momento, o serviço que ofereça maior confiança ao consumidor é notoriamente diferenciado e para isso necessita de aditivos que contemplem as expectativas dos usuários de tal serviço.

As câmeras de vigilância utilizadas no colégio representam a ferramenta escolhida para sanar o sentimento de insegurança que norteia a realização dos indivíduos no espaço geográfico. Ao refletir sobre as possibilidades de coerção das expressões comportamentais dos agentes que

compõem aquele espaço, emerge uma série de questionamentos sobre tal medida simplista. Guimarães (1985) nos encaminhará para os argumentos que sustentam tais questionamentos. A autora, em sua obra *Vigilância, Punição e Depredação Escolar*, publicada pela editora Papirus no ano de 1985, traça um paralelo entre as relações estabelecidas na obra de Foucault, *Vigiar e Punir*, com as instituições escolares. Segundo a autora, podemos trabalhar com quatro tipos de ordenação disciplinar dos indivíduos, são elas: celular, orgânica, genética e combinatória. Acreditamos que esta forma de trabalhar a vigilância seja adequada para a continuidade de nossos argumentos, visto que a utilização de câmeras visa estritamente a identificação de comportamentos amorfos aos costumes ideológicos realçados pela escola.

Segundo Foucault (2009), as chamadas “disciplinas” são métodos utilizados que permitem o controle detalhado da corporeidade humana, manipulando as relações dos indivíduos através de seus gestos, comportamentos, espaços, tempos e atividades.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Dando continuidade a esta linha de raciocínio, o autor nos elucida que estes métodos resultam no nascimento de uma “anatomia política” ou “mecânica do poder”, que configura o domínio do poder sobre a corporeidade dos indivíduos para que operem de acordo com a velocidade e rigidez de um sistema técnico. Desta forma, as disciplinas introduzem um novo sistema punitivo não mais pautado na violência física dos sujeitos, mas no adestramento do corpo destes, no qual as pressões exercidas sobre o intelecto e a privação dos desejos e vontades torna-se a principal ferramenta de coerção das particularidades sociais (GUIMARÃES, 1985).

Guimarães (1985) aponta como exemplos de formas coercitivas, comuns às escolas, fábricas, exércitos e prisões, o tempo, a maneira de ser, o discurso, o corpo e até mesmo a sexualidade. Segundo a autora, a pressão exercida sob os processos da atividade escolar, aqui entendida como a dinâmica interna da escola, envolvendo os mais diversos agentes que a compõem, visa nitidamente contemplar as normas rígidas de nosso atual período técnico. Desta forma, pretende-se traçar um paralelo dos quatro tipos de ordenação disciplinar apontados por Foucault, acima mencionadas, que envolvem as múltiplas formas de expressão dos indivíduos

frente à utilização de objetos técnicos dotados de intensa racionalidade, como as câmeras de vigilância.

Começamos pela ordenação disciplinar celular. Esta forma de repartir o espaço através da distribuição dos indivíduos torna-se bastante intrigante quanto à utilização e aceitação naturalizada dos mesmos.

São importantes as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, vigiar o comportamento de cada um rompendo as comunicações perigosas e criando espaços úteis, isto é, trata-se de distribuir as pessoas num espaço de modo a isolá-las e localizá-las, contabilizando, comparando suas habilidades. (GUIMARÃES, 1985, p. 30).

De acordo com a autora, tal forma de distribuição espacial possibilita a distinção dos sujeitos por meio de seus temperamentos, desenvolvimento nas atividades escolares e até mesmo na condição econômica dos pais. Foucault (2009) ainda complementa que,

[A organização do espaço serial] determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo e aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (FOUCAULT, 2009, p. 142).

Neste momento Foucault realiza um exercício interessante quanto à complexidade do espaço escolar. Segundo o autor, é apenas em 1762 que as escolas passam a se ordenar de maneira diferente, sendo compostas por elementos individuais que se colocam um ao lado do outro sob a tutela de um mestre. A este tipo de ordenamento, materializado pelas fileiras de alunos, que vemos inclusive em salas de aula de universidades públicas, o autor denomina de “quadro”. Desta forma, a sala de aula totaliza um grande quadro único, no qual as múltiplas formas de expressões que ali se realizam são classificadas pelo olhar cuidadoso do professor.

A complexidades destes espaços dão-se pelo conjunto das reais feições de suas disposições aos ideais que a totalizam, como a caracterização, estimativa e hierarquia. Resulta desta complexidade a colocação das escolas como um “quadro vivo”, ou seja, “(...) que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas.” (FOUCAULT, 2009, p. 143).

Essa reflexão nos interessa por se aproximar da intenção que carrega a operação dos objetos técnicos do setor de vigilância nas escolas. Ora, a complexidade da estrutura disciplinar a que conferem as redes de ensino é extremamente superior à das tecnologias de segurança, no entanto, essas se sobressaem por denunciar o papel coercitivo desta instituição. As câmeras de

vigilância instaladas no interior das salas de aula reforçam a construção de uma multidão organizada. Foi relatado, em entrevista realizada com um professor da escola, que já houve caso da coordenação pedagógica chamar a atenção pelo desalinhamento das carteiras em atividade proposta, assim, como da própria validade de tal atividade.

Fica evidente, assim como aponta Melgaço (2010), que a utilização das câmeras de vigilância no interior das salas de aula não se restringe à segurança dos alunos, mas à ampliação do propósito de disciplinar o comportamento dos professores e dos próprios alunos. Outro fato corriqueiro do interior da escola está na pressão subjetiva sofrida por funcionários quanto à possibilidade de se expressarem ideologicamente no interior das classes. Mesmo que não esteja em vigor no município de São Carlos – SP, a PLS nº 193/2016 de autoria do senador Magno Malta, do Partido da República (PR), que visa incluir nas diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”, alimenta a apreensão por parte da equipe pedagógica. Segundo relatos, houve casos de represália quanto à postura crítica de funcionários em conteúdos abordados em sala de aula. Em caso mais recente, um funcionário foi demitido por ter sido alvo de uma gravação de vídeo feita pelo celular de um aluno, quando expunha, mesmo que de forma extravagante, suas concepções ideológicas frente às declarações de políticos conservadores que ferem inclusive a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948.

Este último caso nos remete a uma curiosidade quanto à utilização das tecnologias. Mesmo que não construído com o único intuito de vigiar o entorno, de acordo com a angulação e o alcance das câmeras de vigilância, o celular, por intermédio do usuário se transformou numa ferramenta de violenta intencionalidade. Ligado a um sistema técnico único, sendo a internet o ícone primordial deste, a imagem gravada em vídeo do professor logo se difundiu pela rede e passou a ser utilizada como argumento conservador de pais e alunos que sustentam a base ideológica de projetos de lei como o “Projeto Escola sem Partido”.

Passemos para a ordenação disciplinar orgânica, ou como sugere Foucault (2009), controle da atividade. Guimarães (1985) aponta o rigor do horário como característica primordial das relações que se dão na escola. Segundo a autora, a divisão do tempo nas escolas resulta num ritmo capaz de regularizar ainda mais as atividades que ali se estabelecem.

Na escola a utilização do tempo é intensificada, cada instante é ocupado por atividades determinadas e segundo um ritmo que acelere o processo de aprendizagem e ensine o emprego da rapidez na passagem de uma operação à outra. (GUIMARÃES, 1985, p. 32).

É fazendo um comparativo com a disciplina empregada nas fábricas, que Foucault (2009) traça as relações com o quadriculamento cerrado do tempo, ou seja, as normas rígidas que garantem o controle dos indivíduos, com as inúmeras possibilidades de realização podadas no interior das escolas. Neste momento, é oportuno transcrever parte do artigo 16 do *Regulamento para a fábrica de M.S. Oppenheim*, ao qual Foucault faz menção.

É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias. (Regulamento para a fábrica de M.S. Oppenheim apud FOUCAULT, 2009, p. 145).

Assim como no interior do processo produtivo fabril, as escolas também subjagam a corporeidade dos indivíduos ao que Foucault chama de exercício do treinamento útil. Guimarães (1985) dialoga com este conceito ao exprimir que o corpo, neste caso, manipulado pelo conjunto de objetos e ações que dão continuidade ao poder das autoridades específicas é tornado, cada vez mais, alvo de diversos mecanismos de poder, controle e vigilância.

De fato, as câmeras de vigilância posicionadas no interior da escola representam as características de um objeto técnico que intimida qualquer forma de expressão que se dissocie das forças úteis do tempo escolar, ou seja, do uso mínimo do instante, aproveitando o máximo de eficiência e rapidez das atividades escolares. Um exemplo é a utilização, tanto por parte do aluno como do professor, do material apostilado a que estão sujeitos os indivíduos desta relação de ensino-aprendizagem.

As câmeras de vigilância, sob o olhar das autoridades encarregadas de dar continuidade à venda do produto, no caso a escola, tornam-se testemunhas de qualquer ato que fuja do padrão comportamental que deva ser seguido, tal como o uso de outros materiais didáticos. Torna-se contraditória a relação entre a fluidez das imagens produzidas e a rigidez das normas impostas e garantidas com o funcionamento das tecnologias do setor de vigilância.

A ordenação disciplinar genética é caracterizada pela acumulação gradual do tempo nos corpos dos indivíduos. Segundo Guimarães (1985), a composição do tempo, organizada em sequências, é possível nas escolas graças a utilização da prova como mecanismo de diferenciação da capacidade de aprendizagem dos indivíduos.

O tempo disciplinar se impõe à prática pedagógica organizando as séries separadas umas das outras por provas graduadas especificando programas e exercícios de dificuldade crescente qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram essas séries (...) As séries múltiplas e progressivas possibilitam: - um controle detalhado (diferenciações, correções,

castigos, eliminações) de cada momento do tempo; - a utilização dos indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem; - a acumulação do tempo e da atividade totalizados num resultado último, que é a capacidade final de um indivíduo. (GUIMARÃES, 1985, p. 33).

Cabe salientar que as tecnologias do setor de vigilância utilizadas na escola não são determinantes para que as relações de disciplinarização dos corpos se concretize. No entanto, são ferramentas que podem contribuir para o alargamento dessas relações. A escola conta com dias específicos durante a semana para a aplicação de provas, essas são organizadas por cores diferentes para serem distribuídas em ordenamento de fileiras aos alunos e alunas. Durante o desenvolvimento da resolução destas provas, cada sala de aula conta com a presença de um ou mais funcionários encarregados da distribuição e recolhimento destas, além disso, os mesmos são orientados para que sejam rígidos com qualquer atitude por parte dos alunos que estranhe o desenvolvimento da prova sugerido pela coordenação.

As câmeras de vigilância, neste contexto, podem captar qualquer atitude que fuja do olhar minucioso destes funcionários. Não obstante, muitas vezes são utilizadas como argumento de intimidação aos alunos pelos próprios funcionários – *“As câmeras estão de olho!”*. Em entrevista realizada com alunos e funcionários da escola, foram expostos alguns casos de anulação de provas devido a captação de imagens realizadas no interior das salas. Diferente do primeiro caso apresentado neste capítulo, as imagens não foram analisadas em tempo real pela coordenação, mas foram devidamente investigadas para elucidar qualquer tipo de anormalidade no regimento da escola.

Para finalizarmos os tipos de ordenação disciplinar que envolvem o cotidiano escolar, examinaremos a composição das forças. Segundo Guimarães (1985), o que define o corpo é o lugar de ocupação do mesmo. No entanto, a ordem que o opera e que o regula deve ser compreendida através das animações sociais que criam os espaços de possibilidade e de coesão dos corpos. O lugar em si mesmo é uma constante da construção social e deve ser distanciado sempre que possível da concepção de mero receptáculo das ações humanas. Dando prosseguimento, o tempo na escola deve ser compreendido como uma totalidade unitária capaz de extrair o máximo da força de cada indivíduo que compõe o espaço da escola. Assim, o tempo de certo sujeito deve se adequar ao tempo de outro, culminando em combinação de forças.

De acordo com Guimarães (1985), esta combinação de forças só é possível com a existência de um sistema de comando preciso. As normas e o tempo devem ser assimiladas pelos alunos através de um código de sinais que legitime a técnica do comando e a moral da obediência (FOUCAULT, 2009). Desta forma, pode-se concluir que o controle da corporeidade

humana nas escolas, por intermédio de tais práticas disciplinares, pode oferecer todo um conjunto de saberes necessários ao maior controle dos indivíduos no ambiente escolar.

A escola também é um local de observação em dois sentidos: no de vigilância e no de conhecimento de cada aluno, de seu comportamento, disposições e progressivas melhoras. Isto implica em: manter os alunos sob um olhar permanente e registrar, contabilizar todas as observações e anotações sobre eles, trabalho esse que permite anotar os desempenhos (boletins individuais, modelos uniformes, onde se inscrevem observações sobre cada um), perceber aptidões, estabelecer classificações rigorosas consideradas em relação a uma evolução 'normal', distinguindo o que é 'preguiça e teimosia' do que é 'imbecilidade incurável'. (GUIMARÃES, 1985, pp. 35-36).

Ora, que objetos técnicos, se não as câmeras de vigilância, poderiam contribuir com maior exatidão para o conhecimento das individualidades que compõem o espaço escolar? Como dito anteriormente, devemos nos distanciar de uma concepção determinista da tecnologia para o dinamismo, de grande complexidade, das relações sociais. No entanto, os objetos técnicos do setor de vigilância podem vir a influenciar muito na automatização do poder na escola. Se todas as técnicas disciplinadoras levantadas neste capítulo influem na certeza de que o aluno ou professor estão sendo observados, o imageamento dos indivíduos através das câmeras de vigilância vem como afirmação materializada desta realidade.

A escola também é um aparelho que produz poder. É através da vigilância que se organiza um poder múltiplo, automático, anônimo, que atua sobre os indivíduos, fazendo funcionar uma rede de relações. Nas escolas, como nas prisões e nas fábricas, o aparelho inteiro produz poder e distribui as pessoas nesse campo permanente e contínuo. (GUIMARÃES, 1985, p. 37).

Considerações finais: Reflexões sobre o cotidiano

A introdução de novas tecnologias do setor de segurança aponta para algumas reflexões quanto as ações do fenômeno técnico atual, manifestadas no cotidiano. Segundo Milton Santos (2006), o cotidiano refere-se à categoria da existência. A qualidade de existência nos remete ao fato real, o estar vivo. O mundo vivido, portanto, reflete as condições de reprodução da sociedade a partir da noção de técnica como integradora do meio geográfico. Logo, o espaço geográfico é este conjunto indissociável entre objetos e ações que manifesta a técnica como fenômeno real e possível de ser experimentado. “As ações conformam o espaço, segundo uma finalidade consciente ou inconsciente e o espaço, que é a materialização dessas ações, produz reciprocamente o modo de ação.” (KAHIL, 1998, p.45).

Kahil (1998) faz um apontamento importante para compreendermos o cotidiano como possibilidade do encontro de novos significados do lugar. É essa multiplicidade de ações, que faz menção a professora, que sinalizam o espaço como um campo de forças multicomplexo. Segundo Santos (2006), isso se dá

(...) graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo que se aprofunda a relação de cada qual com o sistema do mundo. (SANTOS, 2006, p. 314).

É desta relação entre os indivíduos e o mundo que se desenvolve “a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2006, p. 282). São os elementos¹⁹ apontados e desenvolvidos no corpo deste trabalho que fazem redescobrir a corporeidade dos indivíduos através das transformações que manifestam os lugares.

O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender. (SANTOS, 2006, pp. 313-314).

O corpo tornando-se uma certeza materialmente sensível diante das complexidades de realização do e no espaço, nos indica a fragilidade da relação entre lugar e mundo. Mesmo que cada lugar no mundo porte suas especificidades, obrigando a readequação das ações que o

¹⁹ Unicidade técnica planetária, convergência dos momentos, alargamento dos contextos, cognoscibilidade do planeta e aceleração contemporânea.

produz, “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2006, p. 314). Desse modo, o lugar deve ser compreendido como um conjunto complexo de possibilidades de um mundo em preparação (KAHIL, 1998), sendo o cotidiano a expressão dos novos significados a serem criados neste.

Milton Santos (1996) aponta os eventos como sendo o elo de ligação entre o lugar e o movimento histórico de transformação do mundo, logo da sociedade.

Muda o mundo, e, ao mesmo tempo mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente. (SANTOS, 1996, p.35).

Os eventos, o qual faz menção Milton Santos, são a expressão material dos novos significados que totalizam o espaço. Cada evento é reflexo das particularidades dos lugares e da própria história, e estes devem ser compreendidos como realidades em constante transformação. Desta forma, pretendeu-se neste trabalho levantar algumas reflexões quanto ao uso intensivo de câmeras de vigilância na cidade de São Carlos. O caráter racional destes objetos técnicos volta-se ao monitoramento dos corpos e situações, transformando as possibilidades de controle do próprio cotidiano. Entendemos os momentos e particularidades na instalação destes objetos no espaço geográfico como um evento que visa suprir os sentimentos de insegurança e medo das possibilidades de realização no meio geográfico.

Melgaço (2010) propõe trabalhar o conceito de *informatização do cotidiano* devido a possibilidade de armazenando de informação que estes objetos técnicos, quando vinculados a sistemas de monitoramento, possuem. Segundo o autor,

As informações geradas pelo monitoramento podem ter, graças às redes geográficas, uma grande abrangência espacial e, devido à possibilidade de armazenamento permitida pelos bancos de dados digitais, podem perdurar, sendo retomadas em momentos posteriores àquele do registro da imagem. (MELGAÇO, 2010, p.244).

O monitoramento, no contexto das câmeras de vigilância, é apenas uma das inúmeras práticas que permeiam o conceito de informatização do cotidiano e foi tido como referência às discussões deste trabalho, devido à proximidade do autor com situações cotidianas que envolvem o uso destas tecnologias, logo, o uso que se faz do espaço através destas.

Ademais, o trabalho propôs compreender o uso das câmeras ao monitoramento de comportamentos como uma ação demasiada complexa. Seguramente, esta tecnologia não é

capaz de promover a solução²⁰ para os casos de violência e perturbação, pelo contrário, ela configura um aspecto ao uso do espaço, inserida ao contexto técnico atual, que pode promover e perpetuar tantas outras. Os casos da veiculação de imagens na internet do assassinato de um segurança particular da rede de Supermercado Dia e o monitoramento no interior de salas de aula, apresentados no corpo deste trabalho, sinalizam, por exemplo, a banalização e disciplinarização dos corpos, inseridos no atual período técnico.

O olhar anônimo e onividente das câmeras de vigilância se torna, também, um mecanismo importante para compreender a contemporaneidade das relações que sustentam as cidades. A psicoesfera da insegurança urbana torna-se base para ações que recusam o encontro entre os indivíduos, a heterogeneidade de comportamentos, as solidariedades geográficas e o próprio caráter do espaço público (MELGAÇO, 2010). Isso nos leva a crer que as possibilidades de coletividade na cidade estão sujeitas a um território instrumentalizado, voltado para viabilizar as ações e projetos dos interesses privados (KAHIL, 2005). Um exemplo prático apresentado neste trabalho está na parceria entre o mercado do setor de vigilância e os órgãos municipais. A instalação de câmeras de vigilância, financiada através de recursos do Governo Federal, logo, recursos públicos, em torno do centro financeiro de São Carlos²¹ representa a cidade como produto, condição e meio para a reprodução do processo de acumulação capitalista. Cria-se um valor no espaço, a partir do momento em que a natureza destes objetos técnicos está em prevenir situações adversas ao acúmulo e giro de capital destas instituições financeiras.

Estes exemplos contemplam a condição do território como processo histórico e social, “(...) isto é, dotado de sentido pela ação dos homens, o que não pode ser confundido com qualquer aceção naturalista do espaço em que este existe externamente aos processos sociais.” (MORAES, A.C.R. de; COSTA, W.M, 1984, p.121). É através da atividade produtiva do ser humano, acumulando trabalho ao longo da história, que se criam os valores estratégicos de cada território. Assim, o uso de câmeras de vigilância neste contexto é um mecanismo que reforça a racionalidade do espaço para fins da acumulação capitalista.

²⁰ De fato, nesta pesquisa, não nos debruçamos quanto à distribuição espacial dos casos de violência na cidade de São Carlos. Sabe-se que boa parte dos índices de criminalidade, além de estarem na região central, se multiplicam, intensificando ainda mais o grau dos delitos nas regiões periféricas (neste caso específico, nas áreas de expansão urbana de “interesse social”, localizadas na região sul). Desta forma, o monitoramento por câmeras de vigilância não só é incapaz de promover a solução para os casos de violência, como tende a distribuir esses casos para áreas mais vulneráveis. A criminalidade não pode ser compreendida sem a consciência do todo complexo que a compõe, logo, o discurso da manutenção da ordem pelo uso de câmeras de vigilância torna-se extremamente frágil.

²¹ Aqui entende-se a região central da cidade com maior densidade de bancos.

No entanto, o cotidiano, além de ser interpretado como possibilidade de realização no espaço às formas de reprodução capitalista, ele também é fundamental para compreender as possibilidades de realização no espaço das solidariedades geográficas. Samira Kahil (2005) nos possibilita compreender e vivenciar nossas utopias ao partir do espaço geográfico como sendo o espaço banal, do acontecer de todos.

Porque se partimos do princípio de que o espaço geográfico é o espaço banal, espaço onde se realiza a vida coletiva, espaço de todos, falta-nos ainda aqui, nos referirmos àquela parte da sociedade que excluída do processo de globalização, também habita o território nacional que é comum a todos os agentes, e que implica também uma existência no lugar, usa o território segundo sua própria racionalidade, sua própria temporalidade, constituindo e criando o território comum, lugar de dimensão cotidiana, mundo da heterogeneidade criadora. (KAHIL, 2005, p.7201).

É, portanto, da manifestação do espaço heterogêneo, da convivência com o outro, que podem surgir a descoberta e criação de formas inéditas de trabalho e luta (KAHIL, 2005). Os objetos técnicos do setor de vigilância são dotados de uma intencionalidade completamente inversa às formas de manifestação da vida, como harmonização das relações sociais. O caráter primal destes objetos está em se precaver do sentimento de insegurança para o outro, revelando-se numa prática de negação às interações sociais nos mesmos espaços. Este processo revela a ampliação da segmentação do espaço e da seletividade social no uso e apropriação do mesmo (SPOSITO; GÓES, 2013), nos trazendo a percepção de um cotidiano em estado crônico de crise.

O espaço geográfico, como uma construção histórica transformada pelas interações sociais, dever ser compreendido como possibilidade da manifestação de realização da vida, da descoberta junto ao outro. Parafraseando María Laura Silveira (2006, p.11),

é nossa tarefa [...] ensaiar uma teoria social do espaço geográfico [...], na qual justiça e liberdade sejam nossas buscas permanentes [...]. Uma geografia da vida e da liberdade [...], porque, afinal, não vivemos numa sociedade decadente, mas numa sociedade em crise e crises...passam. (SILVEIRA, 2006).

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº20, de 15-12-1998. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº193, 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

BRUNO, Fernanda. Controle, flagrante e prazer: regimes escópicos e atencionais da vigilância nas cidades. Revista FAMECOS. nº37. Porto Alegre, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRAL de monitoramento já opera com 24 câmeras. 2012. Disponível em: <
<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/162864-central-de-monitoramento-ja-opera-com-24-cameras.html>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CHINA promete a Temer participar do programa de privatizações brasileiro. 2017. Disponível em: <
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/01/internacional/1504279321_972453.html>. Acesso em: 03 set. 2017.

CUBAS, Viviane de Oliveira. **Segurança privada: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo**. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 36.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GUIMARÃES, Áurea M. **Vigilância, Punição e Depredação Escolar**. Campinas: Papirus, 1985.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ÍNDICE de violência cresce na região e aumenta o medo entre os moradores. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/07/indice-de-violencia-cresce-na-regiao-e-aumenta-o-medo-entre-os-moradores.html>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

KAHIL, S.P. O mundo no lugar: itinerário para uma geografia da existência. Revista Experimental. n°4/5, pp.45-56, 1998.

_____. Psicosfera: A Modernidade Perversa. Revista do Departamento de Geografia, n°11, 1997.

_____. Usos do Território: Uma Questão Política. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, pp.7193-7204, 2005.

MACHADO, Arlindo. Máquinas de vigiar. Revista USP, v.7: 23-32, set.-nov, 1990.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. V.1. O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

MELGAÇO, Lucas. Estudantes sob controle: a racionalização do espaço escolar através do uso de câmeras de vigilância. Revista do Departamento de Serviço Social, n°27, 2012.

_____. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. 2010. 240 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana, São Paulo, 2010.

MORAES, A.C.R. de; COSTA, W.M. da. **A geografia crítica. A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. -5. Ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4. Ed. 2. Reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **O Lugar e o Cotidiano.** In: Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Meneses [orgs.]. **Epistemologias do sul.** – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O Lugar: Encontrando o Futuro. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v.4, n.1, 1996.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo.** -5.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional.** – 5. Ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SETOR de segurança privada registra aumento de até 20% em São Carlos. 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/07/setor-de-seguranca-privada-registra-aumento-de-ate-20-em-sao-carlos.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SILVEIRA, Maria Laura. Por uma teoria do espaço latino-americano. In: _____. (Org.). Questões Territoriais na América Latina. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação, GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** São Paulo, Editora Unesp, 2013.

POLITRAUMATISMO matou rapaz, diz laudo. 2009. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1108200904.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

POWELL, Willian. **The Anarchist Cookbook.** Lyle Stuart, 1971.